

ELEIÇÕES EM ANGOLA: A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS JOVENS ANGOLANOS EM 2022

ELECTIONS IN ANGOLA: THE INFLUENCE OF SOCIAL MEDIA ON THE
ELECTORAL BEHAVIOR OF ANGOLAN YOUTH IN 2022

Ciências Sociais Aplicadas • 24/01/2026

REGISTRO DOI: [10.5281/zenodo.18363947](https://doi.org/10.5281/zenodo.18363947)

Silva Catito Sambaca¹

Simão Nguluca Pessoa²

RESUMO

O presente artigo foi realizado no âmbito do tema “Eleições em Angola: A Influência das Redes Sociais no Comportamento Eleitoral dos Jovens Angolanos em 2022”. O mesmo teve como objetivo analisar a influência das redes sociais no comportamento eleitoral dos jovens angolanos durante as eleições de 2022, ao examinar as principais plataformas utilizadas, os tipos de conteúdos consumidos e as formas de mobilização digital juvenil. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, neste artigo optou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada no método histórico. Foram utilizados instrumentos de análise documental e revisão bibliográfica com base em actores nacionais e internacionais, assim como documentos normativos como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os Princípios da SADC que regem as Eleições Democráticas, e o Relatório-Síntese: Eleições Europeias 2024 nas Redes Sociais. As redes analisadas incluíram Facebook, WhatsApp, TikTok e Twitter, com foco na juventude entre 18 e 35 anos residente em zonas urbanas. Concluiu-se que as redes sociais tiveram um impacto significativo na mobilização e participação política dos jovens, oferecendo novos meios de engajamento eleitoral. No entanto, desafios como a exclusão digital, a desinformação e a ausência de políticas públicas estruturadas continuam a limitar o exercício pleno da cidadania digital.

Palavras-chave: juventude, eleições, redes sociais, Angola.

ABSTRACT

This article was developed within the scope of the theme “*Elections in Angola: The Influence of Social Media on the Electoral Behavior of Angolan Youth in 2022.*” Its objective was to analyze the influence of social media on the electoral behavior of Angolan youth during the

2022 elections by examining the main platforms used, the types of content consumed, and the forms of youth digital mobilization. From the methodological point of view, the study adopted a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature, grounded in the historical method. Documentary analysis and bibliographic review were used, based on national and international authors, as well as normative documents such as the 2030 Agenda for Sustainable Development, the SADC Principles for Democratic Elections, and the Summary Report: 2024 European Elections on Social Media. The networks analyzed included Facebook, WhatsApp, TikTok, and Twitter, with a focus on youth between the ages of 18 and 35 residing in urban areas. It was concluded that social media had a significant impact on the political mobilization and participation of young people, offering new means of electoral engagement. However, challenges such as digital exclusion, misinformation, and the absence of structured public policies continue to limit the full exercise of digital citizenship.

Keywords: youth, elections, social media, Angola.

INTRODUÇÃO

O cenário político angolano até 2022 foi marcado por uma crescente insatisfação popular, sobretudo entre os jovens, devido à persistência de problemas sociais como o desemprego, a desigualdade social e a corrupção. Essa conjuntura contribuiu para o surgimento de novas formas de participação política, impulsionadas pela internet e pelas redes sociais. As plataformas digitais tornaram-se espaços de debate, denúncia e mobilização, ao desafiar a hegemonia dos meios de comunicação tradicionais e ampliar o alcance das vozes juvenis (Loader et al., 2014).

As eleições gerais de 2022, portanto, configuraram-se como um momento decisivo para avaliar a influência das redes sociais no comportamento eleitoral dos jovens angolanos. A crescente adesão desses indivíduos às redes sociais como meio de informação política e organização de acções colectivas trouxe à tona questões como o poder das fake news, o papel dos algoritmos e as novas estratégias de mobilização digital adoptadas tanto por partidos quanto por movimentos civis (Wardle & Derakhshan, 2017).

A juventude, enquanto categoria social estratégica, tem sido progressivamente marginalizada dos processos formais de tomada de decisão política. Nesse sentido, as redes sociais emergem como espaços alternativos onde essa parcela da população pode exercer a sua cidadania de forma mais activa e horizontal, influencia, inclusive, os resultados eleitorais (Bosch, 2017).

Analisando o problema de investigação, De que forma as redes sociais influenciaram o comportamento eleitoral dos jovens angolanos nas eleições de 2022? Com o propósito de analisar a influência das redes sociais no comportamento eleitoral dos jovens angolanos durante as eleições de 2022. Em três indicadores: Identificar as principais redes sociais utilizadas pelos jovens angolanos no contexto das eleições de 2022, verificar os tipos de conteúdos políticos mais partilhados e consumidos pelos jovens nas redes sociais durante o período eleitoral, compreender como as informações veiculadas nas redes sociais influenciaram a decisão de voto dos jovens.

Nesta perspectiva, analisando a bibliografia existente sobre esta temática, pode-se verificar estudos realizados sobre o seu conceito e definições, Ngola (2023) Chimbanda (2023), Derakhshan (2017), Melo

(2023), Tchibemba (2022), Pariser (2011), Amaro (2023), Silva (2022), Muluta (2023), Domingos (2022), Caetano (2023), Lopes (2021), Pedro (2022), Nzaji (2022), Mabilia (2023), Andrade (2022), Machado (2021), Bento (2023), Rodrigues (2010), Marques (2015), Sparemberger (2018), Alfredo (2013), Fernandes (2017), Souza (2019) Grassi (2018), Araújo (2016), Canavilhas (2009), Gibson (2010), Manuel (2023), Sampaio (2023), Lunga (2023), Sebastião (2023), Chivela (2023) Kapunga (2023), Ndunduma (2023), Guimarães (2023), Cazenga (2023), Valódia (2023), Chimuco (2023), Miguel (2023), Kuvelika (2023), Nhangá (2023), Sanguenda (2023), Sendi (2023), Kandundo (2023), Lueji (2023), Timóteo (2023), Kapitango (2023), Zumba (2023), Lemba (2023), Chilombo (2023), Kilumbo (2023), Kafuta (2023), Gamboa (2023).

Assim sendo, pretende-se começar a discussão à volta da definição, eleições em Angola, tais como: Panorama político eleitoral de jovens angolanos até 2022, o impacto das redes sociais em processo eleitoral no mundo, e, redes sociais digitais e comportamento eleitoral em Angola.

Em Angola, o pleito de 2022 evidenciou uma intensa participação juvenil nas plataformas digitais, o que levanta importantes reflexões sobre o papel desses meios no processo democrático e na formação das decisões eleitorais. Ao Considerar que os jovens representam uma significativa parcela da população angolana, compreender como as redes sociais influenciam suas escolhas políticas torna-se fundamental para o fortalecimento da cidadania, da democracia participativa e da integridade eleitoral.

PANORAMA POLÍTICO ELEITORAL DE JOVENS ANGOLANO ATÉ 2022

O processo eleitoral compreende o conjunto de procedimentos jurídicos, administrativos e políticos que organizam e operacionalizam a realização de eleições. Inclui etapas como o recenseamento eleitoral, a campanha, a votação, a apuração e a proclamação dos resultados (Nohlen, 2004).

A participação política dos jovens em Angola sempre foi limitada pela falta de acesso à educação cívica e pela desconfiança nas instituições políticas. Durante a guerra civil, muitos jovens estavam mais preocupados com a sobrevivência do que com a política. No entanto, nas últimas décadas, houve um aumento significativo na conscientização política entre os jovens, impulsionado por movimentos sociais e maior acesso à informação por meio da internet e das redes sociais. O crescimento do descontentamento com o regime levou muitos a participar ativamente em protestos e campanhas por meio dessas plataformas, especialmente em 2022, quando se observou uma mobilização intensa nas redes sociais, como Facebook e WhatsApp, para apoiar ou contestar as candidaturas dos principais partidos (Rodrigues, 2022).

O ativismo digital tornou-se uma alternativa de expressão em um país onde os canais formais de participação política são muitas vezes restritos. As redes sociais permitem aos jovens contestar narrativas oficiais, promover transparência e exercer cidadania activa, mesmo diante de censura ou repressão estatal (Faria, 2022).

Nos últimos anos, tem-se verificado um aumento do engajamento político dos jovens angolanos nas redes sociais, com o uso de hashtags (marcador de conteúdo) como #AngolaQuerAlternancia e #Eleições2022. Tais movimentos digitais reflectem a capacidade da juventude de se mobilizar em torno de causas sociais e políticas,

promovendo protestos, campanhas e debates online (Chimbanda, 2023).

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS EM PROCESSOS ELEITORAIS NO MUNDO

No contexto contemporâneo, essas redes não apenas facilitam o entretenimento, mas tornam-se canais estratégicos de debate político e formação de opinião. A sua natureza horizontal permite que usuários se comuniquem directamente com figuras públicas e instituições, ao desafiar as hierarquias tradicionais da comunicação política (Castells, 2012).

Em diversos contextos globais, as redes sociais mostraram ser decisivas nos resultados eleitorais. Casos como a eleição de Barack Obama em 2008 e a campanha do Brexit em 2016 exemplificam como plataformas como Facebook e Twitter podem moldar preferências eleitorais, polarizar discursos e influenciar votações (Kreiss, 2016; Howard et al., 2018).

As redes sociais digitais são plataformas online que possibilitam a criação e o compartilhamento de conteúdo, bem como a interação entre usuários. No contexto político, elas se tornaram meios poderosos de mobilização, disseminação de informações e influência no comportamento político dos cidadãos, sobretudo entre os jovens (Van Dijck, 2013).

Influenciadores digitais e criadores de conteúdo desempenharam papel central no processo eleitoral, ao agir como intermediários entre os partidos e a população jovem. Personalidades conhecidas nas redes passaram a debater política em seus canais, promover candidatos ou criticar acções do governo. Isso conferiu legitimidade

e atratividade à política, antes vista como distante do quotidiano juvenil (Martins & Tavares, 2022).

REDES SOCIAIS DIGITAIS E COMPORTAMENTO ELEITORAL EM ANGOLA

A partir de 2017, com a eleição de João Lourenço e o discurso de renovação política, muitos jovens passaram a se envolver mais activamente em campanhas e discussões eleitorais, utilizando as redes sociais como meio de expressão e organização. A eleição de 2022 consolidou esse fenómeno, com o aumento da participação juvenil nas urnas e no ativismo digital, reflectindo uma transformação nas formas de engajamento político (Melo, 2023).

Até 2022, o panorama político de Angola era dominado pelo MPLA, que se manteve no poder por mais de 40 anos. Contudo, a partir da eleição de João Lourenço em 2017, houve promessas de reformas políticas e sociais, incluindo a luta contra a corrupção. O descontentamento popular com as promessas não cumpridas e a crise económica afectaram o partido governante. A juventude, especialmente nas áreas urbanas, tornou-se um segmento cada vez mais crítico da situação política e social do país. Em 2022, as eleições mostraram um cenário de polarização, onde o MPLA e a UNITA competiram intensamente pela preferência dos jovens eleitores, com um aumento notável no engajamento político da geração mais jovem, impulsionado, em parte, pelo uso de redes sociais (Gonçalves, 2022).

Embora o acesso à internet em Angola esteja em crescimento, a desigualdade digital ainda é um entrave à plena inclusão social. Jovens das zonas urbanas têm maior facilidade de acesso, enquanto

os das zonas rurais enfrentam limitações de infraestrutura, custo e alfabetização digital (ITU, 2021).

Os jovens angolanos têm se tornado cada vez mais adeptos das redes sociais, utilizando principalmente para comunicação, entretenimento e participação política. A maior parte desse público é urbana, com idades entre 18 e 35 anos, e está concentrada em grandes cidades como Luanda. A pesquisa de usuários de redes sociais em Angola aponta que, embora o uso de plataformas digitais seja crescente, há uma divisão entre os jovens mais conectados e aqueles que não têm acesso à internet de qualidade devido a questões econômicas ou geográficas (Martins, 2022).

Essa disparidade afecta directamente a participação digital e política, ampliando o foco entre os que têm acesso à informação e os que permanecem à margem do debate público. A superação dessa desigualdade exige políticas públicas voltadas à conectividade e à educação digital inclusiva (UNICEF Angola, 2022).

As redes sociais revolucionaram a mobilização política ao permitir campanhas de baixo custo e alcance massivo. Elas oferecem ferramentas como hashtags (marcador de conteúdo), transmissões ao vivo e vídeos curtos, que facilitam a organização de protestos, a divulgação de ideias e o engajamento cívico, principalmente em países com juventude conectada como Angola (Loader et al., 2014).

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo adopta o método histórico, uma abordagem qualitativa voltada para a análise dos eventos políticos ocorridos em Angola entre os anos de 2017 e 2022, com foco nas eleições gerais e na influência sociopolítica do período. O método histórico permite a

compreensão crítica dos processos eleitorais à luz do contexto em que se desenvolveram, considerando aspectos cronológicos, estruturais e interpretativos. Tal abordagem é adequada para investigar os factores que contribuíram para as transformações políticas e sociais no país, especialmente no que diz respeito ao papel crescente das redes sociais no comportamento eleitoral da juventude angolana (Marconi & Lakatos, 2017). A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, visando compreender como as redes sociais influenciaram o comportamento eleitoral dos jovens angolanos nas eleições gerais de 2022.

A colecta de dados baseou-se na revisão bibliográfica e análise documental, com levantamento nos motores de busca como o Google académico, revistas científicas, repositórios institucionais e bibliotecas digitais. Além disso, foram analisadas publicações de influenciadores digitais, campanhas partidárias nas redes e conteúdos gerados por usuários durante o período eleitoral de 2022.

Para organização e análise dos dados, adoptou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que permitiu identificar categorias temáticas como: engajamento político juvenil, circulação de fake news, mobilização digital e exclusão tecnológica. As categorias foram organizadas conforme os objetivos específicos do estudo, com foco na observação da actuação juvenil em redes como Facebook, WhatsApp, TikTok e Twitter.

O recorte temporal da análise concentrou-se entre janeiro e setembro de 2022, período que abrange a pré-campanha, campanha oficial, o dia da votação e as reações pós-eleitorais. O público-alvo são jovens entre 18 e 35 anos, com especial atenção aos residentes urbanos, pela sua maior presença no ambiente digital.

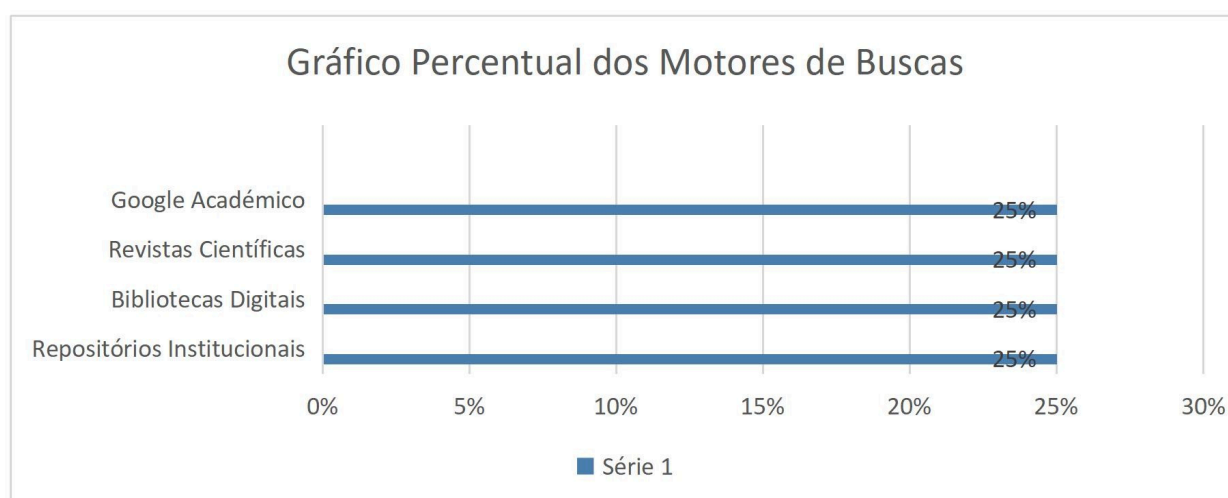
ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação a aplicação do procedimento de análise bibliográfica, apoiamo-nos nas etapas propostas por Creswell (2021, p.23-24) tendo os seguintes resultados:

- Definição das palavras-chave;
- Bases de Dados: Google Académico, Repositórios Institucionais, Revistas Científicas e Bibliotecas Digitais;
- Selecção: foram considerados critérios de inclusão os artigos publicados em revistas científicas arbitradas e indexadas, artigos e os canais de eventos científicos e livros do ponto de vista dos idiomas, seleccionou-se, preferencialmente português, por ser o idioma nativo do autor, inglês, por ser considerado o idioma mais utilizado no campo da investigação científica. Foram ainda seleccionadas matérias publicados nos últimos dez anos;
- Esquematização: Cada tema foi agrupado conforme as classificações e revelou nos resultados de pesquisa;
- Resumos e referências: Em relação aos resumos e referências, obedeceu-se as normas estabelecidas pelo ISPSN-Huambo, tendo sido APA 7^a edição;
- Fichamento: Elaborou-se várias fichas contendo os dados mais importantes recolhidos nos textos consultados;
- Estruturação: Foram produzidos secções do estado de arte conforme recomendações sistemática.

A busca por bibliografia que pudesse apoiar o estudo realizado começou em base de dados mais fechadas, como Bibliotecas Digitais, Repositórios Institucionais. Em função do nível de dificuldade em localizar informações que fossem de acordo aos critérios selecionados, optou-se por alargar para outras bases como é o caso do Google Académico e Revistas Científicas, por serem motores de busca que engloba todas as demais bases de dados.

Foram identificados um total de 200 artigos, que após a aplicação dos critérios de exclusão, reduziram significativamente. Assim sendo, após a busca em diferentes ferramentas, obteve-se os resultados que se apresentam na tabela que segue:



Fonte: Autores (2025).

Por outro lado, para a busca de informações sobre os documentos normativos utilizou-se o Portal Oficial e os sites de instituições como o Ministério do Planeamento em Angola (<https://www.mep.gov.ao/publicacoes>).

Documentos recuperados por fonte:

Fonte	Tipo de documento
-------	-------------------

MediaLab ISCTE, em colaboração com a (CNE) Comissão Nacional Eleitoral	RELATÓRIO-SÍNTESE Eleições Europeias ç- nas Redes Sociais
(ONU) Organização Das Nações Unidas.	Trasformando: nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável
SADC	Princípios e Diretrizes da SADC que Regem as Eleições Democráticas, 2015

O relatório-síntese sobre as eleições europeias de 2024, embora centrado no contexto português, evidencia como as redes sociais funcionam como canais estratégicos de mobilização, desinformação e construção de narrativas políticas. Através da análise de conteúdos publicados por partidos, candidatos e cidadãos em plataformas como Facebook, Instagram, TikTok e X (Twitter), o relatório mostra como determinadas mensagens, especialmente as desinformativas, ganham visibilidade e moldam percepções eleitorais realidade que pode ser comparada ao contexto angolano, onde os jovens são o grupo mais activo nas redes sociais. Além disso, a metodologia utilizada na monitorização do discurso digital e a preocupação com os impactos da desinformação oferecem subsídios importantes para compreender o comportamento político dos jovens, para permitir que se possa adaptar esse modelo analítico à realidade das eleições em Angola.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, oferece uma base teórica que valoriza a participação dos jovens, o acesso à informação e o uso das tecnologias digitais como ferramentas de inclusão política. Por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (como o ODS 4- Educação de Qualidade, ODS 5 Igualdade de Género e ODS 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes), o

relatório reforça a importância do envolvimento cívico da juventude, da igualdade de oportunidades e do fortalecimento das instituições democráticas. Assim, a Agenda 2030 justifica e apoia o papel das redes sociais como meio legítimo e estratégico de participação política dos jovens angolanos nas eleições, para promover as sociedades mais informadas, inclusivas e democráticas.

Princípios e Diretrizes da SADC que Regem as Eleições Democráticas, concede uma base normativa regional que defende eleições livres, justas, transparentes e inclusivas. Ele realça a importância da liberdade de expressão, do acesso à informação e da participação cidadã elementos directamente ligados ao uso das redes sociais pelos jovens durante as eleições. Assim, o documento permite analisar se o comportamento eleitoral dos jovens angolanos em 2022, mediado pelas redes sociais, esteve alinhado com os princípios democráticos recomendados pela SADC.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A bibliografia consultada permitiu constatar que, a nível mundial, os temas relacionados à influência das redes sociais no comportamento político e eleitoral dos jovens começou a ganhar força a partir da década de 2010, especialmente com os acontecimentos da Primavera -Árabe (2010–2012), quando plataformas como Facebook, Twitter e YouTube foram utilizadas como ferramentas centrais de mobilização por parte da juventude em diversos países do Norte da África e do Oriente Médio. Esses eventos marcaram uma nova fase na relação entre política e tecnologia, destacando o papel das redes digitais na organização de protestos e na expressão de demandas sociais. Autores como Castells (2013) e Bennett e Segerberg (2012) identificam nesse

período o surgimento de formas de participação política baseadas em redes horizontais, acção conectiva e ativismo digital, nas quais os jovens desempenham um papel de destaque ao utilizar o ambiente online como espaço para o exercício da cidadania e contestação. Em Angola, o temas relacionados à influência das redes sociais no comportamento político e eleitoral dos jovens começou a ganhar visibilidade a partir das eleições gerais de 2017, e com maior intensidade no pleito de 2022, esse debate se consolidou, devido à actuação expressiva da juventude angolana nas redes sociais como espaço de mobilização, contestação e formação de opinião política. Esse cenário reflecte uma transformação no modo como os jovens interagem com a política, ao mudar dos meios tradicionais para os ambientes digitais, onde exercem sua cidadania de forma mais directa e participativa. A pesquisa de Sousa (2019) revela que os jovens angolanos utilizam as redes sociais para expressar opiniões políticas e engajar em discussões sobre questões sociais. Além disso, o estudo de Cavela (2019) destaca que os estudantes universitários angolanos têm se envolvido activamente em movimentos sociais e políticos, utilizando as plataformas digitais como ferramenta de mobilização e ativismo.

Identificou-se ainda que autores e jornalistas angolanos têm enriquecido esse debate com contribuições relevantes. Ângelo (2020), por exemplo, argumenta que as redes sociais emergiram como plataformas poderosas de mobilização juvenil e contestação política em Angola, ao destacar que movimentos e hashtags (marcador de conteúdo) como vais gostar e não é essa Angola que sonhamos revelam uma nova identidade política jovem mais activa e consciente. Já Cavela (2017), em sua dissertação, analisa o envolvimento político dos estudantes universitários angolanos, ao observar que muitos utilizam as redes sociais como ferramenta de

ativismo e espaço de reivindicação cívica, sobretudo em contextos de restrição aos meios tradicionais de expressão.

Isto revela que existe alguma exiguidade de informação científica sobre esta temática, particularmente no caso angolano. Tal carência reforça a importância do presente estudo, que visa contribuir para o alargamento do campo investigativo sobre o comportamento eleitoral juvenil em Angola. Pesquisas internacionais indicam que as redes sociais têm um papel decisivo na mobilização política dos jovens, embora aspectos como exclusão digital e desigualdade no acesso às tecnologias ainda sejam desafios significativos (Boulianne, 2015; Van Dijk, 2020). No contexto africano, estudos apontam para o uso crescente das plataformas digitais como ferramentas de ativismo político juvenil, para ressaltar a necessidade de aprofundar investigações específicas sobre realidades locais, inclui a angolana (Moyo, 2019; Gumede, 2021).

Em relação aos documentos normativos, verificou-se que constam três principais fontes que serviram de base para análise neste estudo: (1) o Relatório-Síntese das Eleições Europeias 2024 nas Redes Sociais (MediaLab ISCTE, em colaboração com a Comissão Nacional Eleitoral), (2) a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Organização das Nações Unidas) e (3) os Princípios e Diretrizes da SADC que Regem as Eleições Democráticas (2015). Apesar de serem aplicáveis em contextos distintos, estes documentos oferecem diretrizes úteis para interpretar o cenário político-eleitoral angolano sob a ótica da juventude e da participação digital.

A Agenda 2030 — destaca os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tais como o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 5 (Igualdade de Género) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições

Eficazes), os quais enfatizam o papel da informação e da tecnologia como ferramentas de inclusão política, promoção da cidadania e fortalecimento da democracia. O ODS 4, por meio da meta 4.4, propõe “aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com competências relevantes, para incluir competências técnicas e profissionais para emprego, trabalho decente e empreendedorismo”, o que abrange também o domínio das tecnologias da informação e comunicação (TIC). A meta 4.7 complementa esse propósito ao garantir que todos adquiram conhecimentos e competências para promover o desenvolvimento sustentável, “inclui, entre outros, educação para os direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural” (ONU, 2015). Já o ODS 5, pela meta 5.b, visa “aperfeiçoar o uso das tecnologias facilitadoras, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres”, para reconhecer a tecnologia como aliada da inclusão e participação política dos jovens. O ODS 16, por sua vez, estabelece como diretrizes “assegurar o acesso público à informação” (meta 16.10) e “garantir uma tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” (meta 16.7), fortalece a legitimidade do uso das redes sociais pelos jovens como mecanismos de engajamento político, participação cidadã e expressão democrática (ONU, 2015).

Por outro lado, foi possível perceber que os Princípios e Diretrizes da SADC para Eleições Democráticas, revisados em 2015, estabelecem parâmetros normativos regionais para garantir eleições democráticas, livres e transparentes. O documento valoriza a liberdade de expressão, o pluralismo político e o direito à informação condições essenciais para o uso ético e responsável das redes sociais durante processos eleitorais. De forma clara, o texto define que os

Estados-membros devem garantir “igualdade de oportunidades para todos os partidos políticos no acesso aos meios de comunicação estatais” e “igualdade de oportunidades para exercer o direito de votar e de ser votado”, além de “resguardar as liberdades humanas e cívicas de todos os cidadãos, integra a liberdade de circulação, reunião, associação, expressão e campanha, bem como o acesso aos meios de comunicação, durante os processos eleitorais” (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral [SADC], 2015). Esse alinhamento fortalece a legitimidade da actuação digital da juventude nas eleições angolanas de 2022, reconhece as redes sociais como espaços protegidos de mobilização, contestação e formação de opinião política.

Em relação aos documentos normativos que regulam as acções políticas e eleitorais, destaca-se que estes estabelecem fundamentos e orientações estratégicas para assegurar a realização de eleições livres, justas e transparentes. Esses documentos reforçam a importância da participação cidadã plena, da proteção das liberdades civis e políticas, e do acesso equitativo aos meios de comunicação. Assim, criam um arcabouço jurídico que orienta a conduta dos actores políticos e a interação da sociedade civil, para incluir os jovens, durante os processos eleitorais.

Estes documentos estabelecem ainda a necessidade de combater a exclusão social e digital, promover a alfabetização midiática e garantir o acesso equitativo à informação, para criar condições mais justas para que todos, especialmente os jovens, possam exercer seus direitos políticos de maneira crítica e informada. Tais medidas são indispensáveis para consolidar uma democracia mais robusta e participativa.

Como se pode verificar, a combinação desses documentos resulta em um quadro normativo robusto que fortalece o exercício da cidadania e legitima o uso das redes sociais como plataformas para a mobilização política, o debate público e a formação de opinião entre os jovens. O alinhamento entre as normas internacionais, regionais e nacionais permite avaliar a actuação dos jovens angolanos nas eleições de 2022 à luz dos valores democráticos recomendados, para que se possa evidenciar a importância do ambiente digital como espaço protegido de participação política.

No que diz respeito aos desafios, destaca-se a desigualdade digital como um dos principais entraves à plena participação política da juventude angolana. Como sugerem Bosch (2017) e Melo (2023), é fundamental que o Estado promova políticas públicas inclusivas de acesso à internet e à formação digital, para garantir que todos os jovens possam exercer sua cidadania online em igualdade de condições.

Destacam ainda necessidade de fortalecer a educação para mídias e a literacia digital como forma de combater a desinformação e promover o uso crítico das redes sociais. Dahlgren (2013) informações recebidas. Assim, cabe às instituições de ensino, organizações da sociedade civil e aos próprios partidos políticos actuarem na formação de uma cultura digital responsável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise rigorosa da bibliografia disponível, foi possível constatar que as redes sociais digitais desempenharam um papel significativo na transformação do comportamento eleitoral dos jovens angolanos nas eleições de 2022. Apesar da marginalização

histórica da juventude nos processos formais de decisão política, as plataformas digitais emergiram como espaços alternativos de cidadania activa, nos quais os jovens puderam expressar suas opiniões, organizar-se colectivamente e influenciar o debate político de forma horizontal.

A aplicação da análise documental permitiu verificar que a juventude urbana angolana, sobretudo nas faixas etárias entre 18 e 35 anos, foi a mais activa no uso de redes como Facebook, WhatsApp, TikTok e Twitter para consumo de conteúdo político, mobilização e expressão de preferências eleitorais. As ferramentas digitais foram utilizadas tanto por partidos quanto por movimentos sociais, reflectindo uma reconfiguração dos meios tradicionais de campanha e debate público. O uso de influenciadores e hashtags (marcador de conteúdo) específicas evidenciou o potencial de viralização das mensagens políticas e o surgimento de uma nova cultura de participação cívica digital.

Em relação aos desafios e às propostas, verificou-se que a exclusão digital constitui um dos principais entraves à participação política plena dos jovens, uma vez que o acesso à internet ainda é limitado em áreas rurais e entre camadas sociais mais vulneráveis. Além disso, a desinformação nas redes e a falta de literacia digital crítica intensificam os riscos de manipulação e polarização, o que reforça a necessidade de desenvolvimento de estratégias educativas e políticas públicas voltadas à promoção de uma cidadania digital responsável.

Do ponto de vista dos desafios e propostas, fundamenta-se a necessidade de promover políticas públicas inclusivas voltadas à expansão do acesso à internet, formação em literacia digital e

valorização do protagonismo juvenil nos processos democráticos. Também se reforça a importância de alinhar os processos eleitorais às directrizes regionais e internacionais, como os princípios estabelecidos por organismos multilaterais, com o objectivo de assegurar eleições livres, participativas e informadas. Assim, as redes sociais, quando bem reguladas e acessíveis, podem contribuir significativamente para a construção de uma democracia mais sólida, inclusiva e participativa em Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência de Pesquisa e Cultura Independente. (2020). *Agências estetizadas: Juventudes, mobilizações e ativismos em Angola*. ResearchGate. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346125342_Agencias_Eстетizadas_Juventudes_Mobilizacoes_e_Ativismos_em_Angola.

Ângelo, E. (2020, 19 de novembro). *Manifestações e as redes sociais em Angola*. Ver Angola. Disponível em: <https://www.verangola.net/va/pt/112020/opiniao/22869/>

Amaral, C. (2022). *A juventude angolana e o futuro da política*. Luanda: Edições Nzila.

Amaral, J., & Tavares, E. (2023). *Desinformação e eleições: O impacto das fake news nas democracias africanas*. Editora Lusófona.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (E. Silva, Trad.; 4ª ed.). Edições 70.

Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*.

Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139198752>

Bosch, T. (2017). *Youth, social media and politics: Participation and activism in a digital era*. [Local e editora não identificados].

Boulianne, S. (2015). Social media use and participation: A meta-analysis of current research. *Information, Communication & Society*, 18(5), 524–538. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1008542>

Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet* (C. A. Medeiros, Trad.). Zahar.

Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. Polity Press.

Cavela, H. (2019). Participação política dos estudantes universitários angolanos nas redes sociais. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, 4(2), 55–72.

Cavela, M. Z. (2017). *Participação e ativismo político nos estudantes angolanos do ensino superior* [Dissertação de mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/14146>

Chimbanda, E. (2023). *Engajamento político juvenil angolano nas redes sociais: Estudo de caso das eleições de 2022*. [Revista ou evento, volume(número), páginas]. [Inserir dados completos].

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. (2015). *Princípios e diretrizes que regem as eleições democráticas* (edição revisada). Gaborone: SADC3 <https://www.sadc.int/document/sadc-principles-and-guidelines-governing-democratic-elections-revised-2015>

Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (6^a ed.). SAGE Publications.

Dahlgren, P. (2013). *The political web: Media, participation and alternative democracy*. Palgrave Macmillan.

Diamond, L., & Morlino, L. (2005). *Assessing the quality of democracy*. Johns Hopkins University Press.

Faria, M. (2022). *Ativismo digital em Angola: desafios e oportunidades*.

Gonçalves, F. (2022). *Polarização juvenil e eleições de 2022 em Angola*.

Gumede, V. (2021). Digital activism and youth participation in Southern Africa: A critical review. *Journal of African Media Studies*, 13(1), 77–93. https://doi.org/10.1386/jams_000451

Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. (2014). The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement. *Information, Communication & Society*, 17(2), 143–150.

MediaLab ISCTE, & Comissão Nacional Eleitoral (CNE). (2024). *Relatório-síntese Eleições Europeias 2024 nas Redes Sociais*.

Ministério do Planeamento. (s.d.). *Publicações*. Disponível em: <https://www.mep.gov.ao/publicacoes>

Moyo, D. (2019). Youth and digital activism in Africa: Exploring the potentials and challenges. *African Journal of Political Science and*

International Relations, 13(3), 45– 57.

Nohlen, D. (2004). *Elections in Africa: A data handbook*. Oxford University Press.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin Press.

Portal Ciência.ao. (s.d.). *Legislação*. Disponível em: <https://ciencia.ao/legisla%C3%A7%C3%A3o>

Rodrigues, P. (2022). *Ativismo juvenil nas redes sociais em Angola*. [Revista ou evento, volume(número), páginas]. [Inserir dados completos].

Sousa, J. C. (2019). *Práticas, consumos e riscos digitais dos jovens estudantes angolanos*. Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341312889>

Sousa, M. A. (2019). Juventude e redes sociais em Angola: Usos políticos do Facebook entre os jovens. *Revista de Estudos Africanos*, (15), 34–50.

UNICEF Angola. (2022). *Inclusão digital e juventude em Angola* [Relatório].

Van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.

Van Dijck, J. (2020). *The digital divide* (2ª ed.). Polity Press.

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe

Artigo subordinado ao tema “Eleições em Angola: A influencia das redes sociais no comportamento eleitoral dos jovens angolanos em 2022”, a ser apresentado no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, como parte dos requisitos para aquisição do grau de Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais.

¹ Estudante 4º Ano, CPRI, ISPSN.

² Estudante 4º Ano, CPRI, ISPSN.